

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O **download** gratuito pode ser feito no site www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

O Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa de juros básica da economia de 12,25% para 12,50% a.a. (ao ano) na última reunião realizada na segunda quinzena de julho do corrente ano.

De acordo com relatórios de mercado publicados pelo Banco Central do Brasil a expectativa é que ocorra pelo menos mais um aumento de 0,25% (p.p). na próxima reunião do Copom, marcada para os dias 30 e 31 de agosto. Entretanto, parte dos analistas de mercado não descarta outro em outubro, em decorrência de uma possível piora do indicador básico do regime de metas de inflação (IPCA).

A decisão de aumento para 12,50% ao ano, fez com que o Brasil continue na liderança do ranking dos países com maiores juros reais do planeta.

O País ocupa a primeira posição do ranking desde janeiro de 2010, quando ultrapassou o segundo colocado à época, a Indonésia.

De acordo com dados divulgados para o mercado da consultoria Cruzeiro do Sul, com a alta, os juros reais foram a 6,77% ao ano. Na segunda posição aparece a Hungria, com taxa real de 2,4%. Na terceira posição está o Chile, com 1,8%.

Segundo levantamento realizado pela corretora supracitada, para que o Brasil deixasse a primeira colocação no ranking, seria necessário um corte de 5 p.p. na taxa Selic. Assim, o país chegaria a um juro real de 2,3%, ocupando a segunda posição, atrás da Hungria (2,4%).

A partir do relatório FOCUS, divulgado para o mercado hoje (25/07/11), o mercado manteve a projeção de inflação para este ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), prevendo avanço de 6,31%

A atual projeção manteve a expectativa de inflação para este ano (2011) no mesmo patamar da leitura anterior do relatório do BC divulgado por este boletim. Entretanto, como se pode observar no relatório FOCUS a projeção de inflação para 2012, que ficou em 5,28%, contra 5,20% na semana passada.

De acordo com fontes consultadas essa elevação se deveu à apenas 11 analistas, dos cerca de 100 consultados pelo BC para a elaboração do boletim. Do total, oito reduziram suas projeções de inflação para o próximo ano, e os demais mantiveram a projeção inalterada, informa fonte econômica do governo.

Para os próximos 12 meses o mercado ampliou a expectativa de inflação para 5,40%, mantendo pela sexta semana consecutiva a perspectiva de alta. No levantamento da semana passada os analistas consultados pelo BC projetavam inflação de 5,37% para o mesmo período.

No que diz respeito ao IGP-M, a mediana das projeções para este ano aponta para 5,31%, o que representa um avanço das expectativas, que indicavam 5,22% há uma semana.

Em relação ao IPC-Fipe, a projeção para 2011 é de 5,15%, avançando pela sexta semana consecutiva.

A mediana dos analistas consultados pelo BC ampliou a previsão para crescimento da Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 5,39% para este ano, ligeiro avanço na comparação com o crescimento de 5,34% projetado para o indicador na semana passada.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou no início do mês de julho os dados relativos à produção industrial brasileira em maio de 2011. Conforme mostra a Tabela 1, a produção industrial no Brasil apresentou expansão de 1,3% na passagem de abril para maio do corrente ano, na série com ajuste sazonal. O comparativo entre maio de 2011 e maio de 2010 mostrou uma expansão de 2,7% na produção industrial.

Na comparação entre o acumulado de janeiro a maio do corrente ano com igual período do ano anterior foi registrado crescimento de 1,8% na produção industrial.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - BRASIL - MAIO 2011

Período	Produção Industrial
Abril 11/Maio 11*	1,30%
Maio 11/Maio 10	2,70%
Acumulado ano	1,80%
Acumulado 12 meses	4,50%

FONTE: IBGE.

* Série com ajuste sazonal.

No comparativo entre abril e maio de 2011, em termos setoriais, destacou-se o setor de bens de consumo duráveis, com 2,7% de expansão. O setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis apresentou estabilidade, o setor de bens intermediários 1,5% de crescimento e o setor de bens de capital registrou aumento de 1,7%. Dos 27 ramos industriais pesquisados, 19 apresentaram crescimento, com destaque para produtos de metal (12,8%), máquinas e equipamentos (4,8%), aparelhos e materiais elétricos (4,4%) e alimentos (3,9%).

A Tabela 2 apresenta o desempenho do emprego industrial no Brasil em maio de 2011. Na passagem de abril para maio houve um pequeno aumento de 0,1% no nível de pessoal ocupado; 0,1% de crescimento no número de horas pagas e 0,4% de expansão na folha de pagamento real.

No comparativo entre maio de 2011 e maio de 2010 o nível de pessoal ocupado apresentou crescimento de 1,3%; o número de horas pagas aumentou 0,9% e a folha de pagamento real cresceu expressivos 5,0%. No acumulado de 2011 versus o acumulado de 2010 os resultados também são todos positivos.

Em termos regionais, a produção industrial avançou em 11 dos 14 locais pesquisados entre abril e maio de 2011. Os destaques positivos foram Goiás (15,0%), Bahia (4,5%), Amazonas (3,9%) e Paraná (3,6%). As regiões que apresentaram recuo na produção frente a abril foram Espírito Santo (-0,3%), Rio de Janeiro (-1,8%) e Santa Catarina (-2,4%).

TABELA 2 - INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA - BRASIL - MAIO 2011

Variáveis	Variação (%)		
	Mai-11/Abr-11*	Mai-11/Mai-10	Acumulado Ano
Pessoal ocupado assalariado	0,10	1,30	2,20
Número de horas pagas	0,10	0,90	1,90
Folha de pagamento real	0,40	5,00	5,90

FONTE: IBGE.

* Série com ajuste sazonal.

SETOR EXTERNO

O Brasil exportou em junho o equivalente a US\$ 23,7 bilhões em mercadorias, e importou o equivalente a US\$ 19,3 bilhões. O superávit comercial registrado no período foi de US\$ 4,4 bilhões, e a corrente de comércio (i.e., a soma dos valores das exportações e das importações) foi de US\$ 42,9 bilhões.

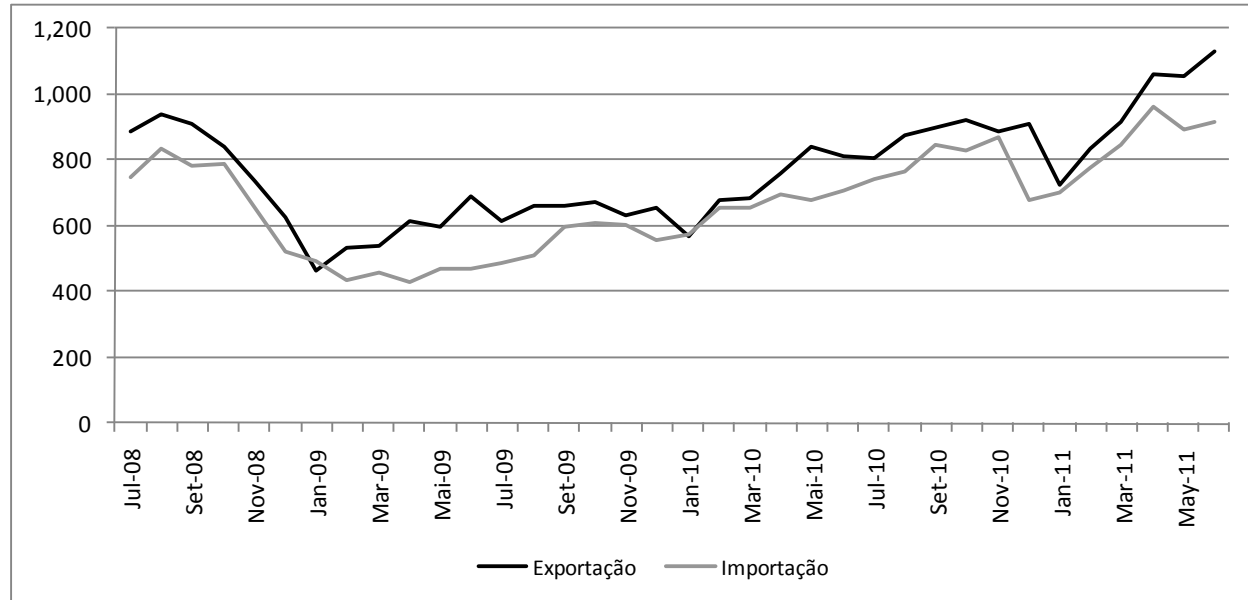
Na média por dia útil, o valor das mercadorias exportadas foi de US\$ 1,12 bilhão. Essa cifra vem de uma alta de 6,9% em relação a maio deste ano, e foi 38,6% maior do que a registrada em junho do ano passado.

No caso das importações, a média por dia útil foi de US\$ 919,2 milhões - consistentes com uma alta de 2,52% em relação a maio, e 30% mais alta do que a cifra correspondente a junho de 2010.

O saldo da balança comercial de junho equivale a um superávit de US\$ 210,8 milhões em cada um dos 21 dias úteis do mês. A cifra é 31,5% maior do que a correspondente ao mês anterior, e 94,5% mais alta do que a registrada 12 meses antes.

Essas e outras informações são ilustradas no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS 36 MESES - MÉDIA POR DIA ÚTIL (US\$ MILHÕES)



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Segundo o critério do valor transacionado, as cinco principais categorias de mercadorias exportadas pelo país em abril foram minérios de ferro não-aglomerados (11,25% do valor exportado), grãos de soja (9,42%), óleos brutos de petróleo (9,5%), plataformas flutuantes de perfuração ou exploração (4,4%) e açúcar de cana (4,23%).

Os principais países de destino da exportação brasileira no mês passado foram China (18,1% do valor exportado), Estados Unidos (10,5%), Argentina (8,4%), Cingapura (5,2%) e Holanda (5,1%).

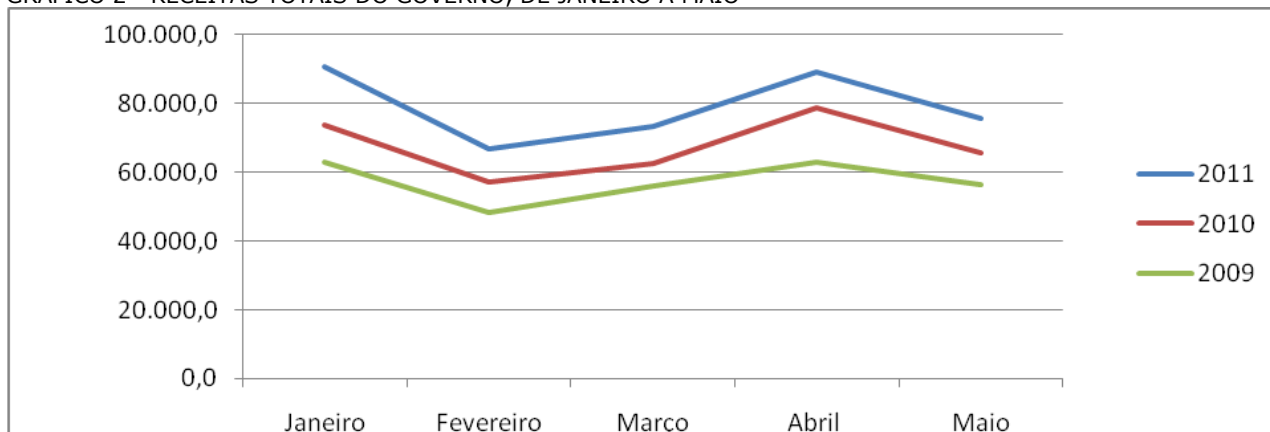
As cinco principais categorias de mercadorias importadas pelo Brasil no mês passado foram óleos brutos de petróleo (6,82% do valor importado), óleo diesel (4%), automóveis médios (2,9%), naftas para petroquímica (1,75%) e cloretos de potássio (1,64%).

Os principais países de origem da importação brasileira em abril foram Estados Unidos (15% do valor importado), China (13,7%), Argentina (7,8%), Alemanha (6,7%) e Coreia do Sul (4,5%).

FINANÇAS PÚBLICAS

O Governo Central arrecadou R\$ 75,6 bilhões em maio de 2011, valor 15,4% menor do que no mês anterior, mas 15% superior em relação ao mesmo período de 2010. Podemos ver pelo Gráfico 2 abaixo, que a tendência de queda segue a mesma dos anos anteriores:

GRÁFICO 2 - RECEITAS TOTAIS DO GOVERNO, DE JANEIRO A MAIO

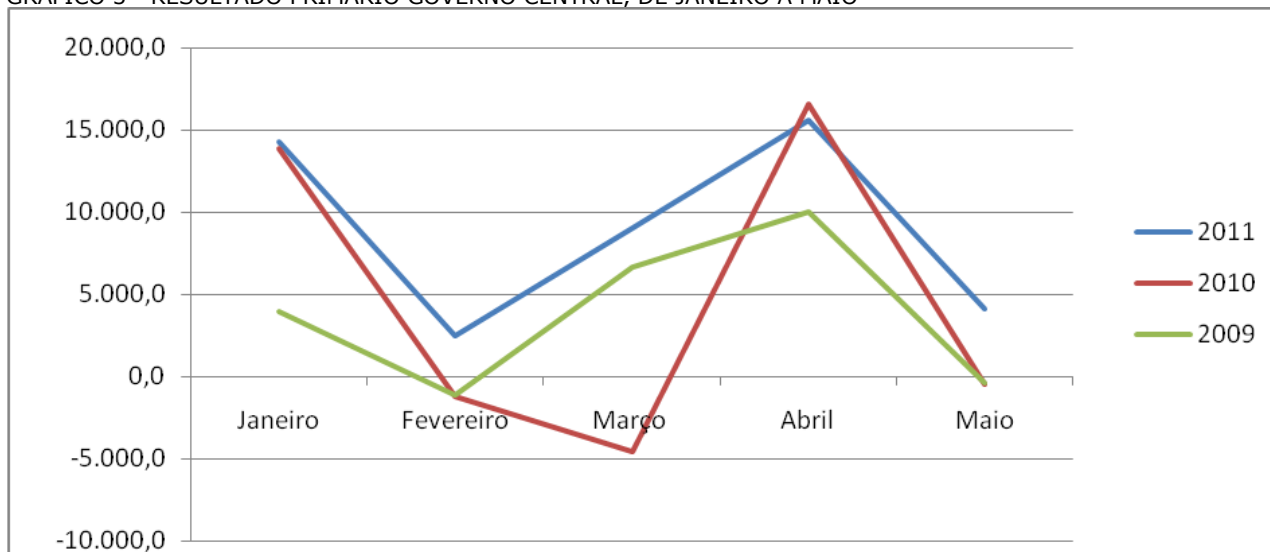


FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

Os principais motivos para essa queda no mês de maio foram os decréscimos de R\$5,0 bilhões e R\$2,2 bilhões na arrecadação do IRPJ e IRPF, respectivamente, em função do pagamento, em abril de 2011, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral desses tributos encerrada em março de 2011. Outro motivo foi a queda de R\$ 2,1 bilhões na arrecadação da CSLL.

O resultado primário do governo em maio de 2011 foi superavitário em 4,1 bilhões, contra R\$ 15,5 bilhões em abril, mas um resultado positivo se comparado ao do mesmo período de 2010, onde o superávit foi R\$ -505,0 milhões.

GRÁFICO 3 - RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL, DE JANEIRO A MAIO



FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

Do lado dos dispêndios, ocorreu um decréscimo de R\$ 4,2 bilhões (-7%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a abril. A diminuição decorreu basicamente da redução nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais em R\$ 2,5 bilhões - reflexo principalmente da diminuição do pagamento de sentenças judiciais e precatórios nos valores de R\$ 3,2 bilhões, em abril, e R\$ 778,9 milhões, em maio.

Em relação as Despesas de Custeio e Capital que tiveram aumento de R\$ 1,2 bilhões, o acréscimo concentrou-se principalmente nas despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com crescimento de R\$ 146,3 milhões, e também as despesas com créditos extraordinários que aumentaram em R\$ 150,5 milhões.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,4 bilhões, contra déficit de R\$ 5,7 bilhões apurado em abril. A receita líquida da Previdência cresceu R\$ 493,6 milhões. Os benefícios previdenciários, por sua vez, diminuíram R\$ 2,8 bilhões, refletindo o pagamento de R\$ 3,2 bilhões de precatórios em abril, frente a R\$ 301,1 milhões em maio. Na separação dos resultados pelos setores urbanos e rurais, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,8 bilhão no mês, contra déficit de R\$ 910,6 milhões, em abril. A parcela rural registrou déficit de R\$ 4,2 bilhões, em maio, contra déficit de R\$ 4,8 bilhões, em abril.

ECONOMIA PARANAENSE

PRODUÇÃO

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE sobre a produção industrial no primeiro quadrimestre do ano, a produção industrial no Estado do Paraná cresceu 3,8% neste período. É um bom resultado se comparado à média nacional (1,6%) e aos números de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1,4% e -1,7%, respectivamente. No acumulado de doze meses a produção industrial no Paraná aumentou 8,3%, enquanto no Rio Grande do Sul a elevação do índice foi de 3%, e Santa Catarina registrou retração da produção industrial da ordem de 0,4%. A média nacional de variação foi de 4,5%, com destaque positivo para o Espírito Santo (13,9%) e negativo para o Ceará (-1,5%).

A receita nominal mensal das vendas do comércio varejista paranaense subiu 10,8% em maio se comparada ao resultado de maio de 2010, a média nacional foi de 10,7%. Considerando o resultado de doze meses (junho de 2010 a maio de 2011), as receitas nominais do comércio varejista tiveram incremento de 12,7% no Estado do Paraná, enquanto aumentaram 13,4% na média nacional, 11,9% em Santa Catarina e 12,8% no Rio Grande do Sul.

MERCADO DE TRABALHO

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Curitiba segue sendo a menor do país de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em junho a parcela da População Economicamente Ativa desocupada chegou a 4,1% ante 4,4% em maio. Na comparação anual, a taxa de desemprego caiu 0,7% em relação a junho de 2010 (4,8%).

O rendimento médio real dos trabalhadores avançou significativamente, chegando a R\$ 1.671,40 na Região Metropolitana de Curitiba. Esse resultado é 2,2% superior ao mês de maio e 5,2% maior que o registrado em junho de 2010. No Brasil (a apuração é feita apenas em algumas regiões metropolitanas), o rendimento médio real do trabalhador é de R\$ 1.578,50, sendo que o rendimento do trabalhador em Curitiba é o segundo maior do país, atrás apenas de São Paulo (R\$ 1.692,50). Gilmar Mendes Lourenço, presidente do IPARDES, avalia que o mercado de trabalho local pode sofrer um processo de arrefecimento no segundo semestre. Isso seria decorrente da defasagem dos efeitos da política monetária (o aperto monetário teve início no fim de 2010), das medidas de restrição do crédito para consumo por parte das autoridades monetárias, do alcance do limite técnico de endividamento da população e, por fim, da grande discrepância entre as taxas de desemprego nas diferentes regiões (Salvador: 10,2%; e Curitiba: 4,1%).

INFLAÇÃO

A inflação de acordo com o Índice de Preços de Curitiba desacelerou em junho, alcançando resultado próximo à estabilidade, em -0,02%. Em maio a variação do nível de preços havia sido de 0,25%. Considerando os últimos doze meses, o índice acumulado foi de 6,55%. O maior destaque no mês de junho, que contribuiu para o arrefecimento da inflação, foi a redução do preço dos combustíveis: álcool (-8,32%) e gasolina (-6,38%). Os custos do grupo habitação subiram 0,27% no período, sendo que dentro dessa categoria se destaca o aumento do aluguel de moradias, 0,63%.

Equipe Técnica

Bernardo Piccoli Medeiros Braga. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
bpm.braga@gmail.com

Carlos Eduardo Fröhlich. Bacharel em Matemática e em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. Área de concentração: macroeconomia e economia internacional.
carlos.e.frohlich@gmail.com

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Professor do Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia.
guilherme.ricardo@ufpr.br

Joaquim Israel Ribas Pereira. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
joaquimisrael@gmail.com

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Analista Pleno da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de Economia & Tecnologia. Área de concentração: inflação e política monetária.
lucianofg@gmail.com